FAP
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES
Do Servidor do Município de
Santo Antônio de Pádua

Lei nº 3.030 de 13/12/2005. CNPJ nº 39.421.813/0001-90
Rua: Prefeito Eugenio Leite Lima, Nº 82 – 1° andar - Sala 101 – Centro
Santo Antônio de Pádua-RJ - CEP: 28470-000.

Tel./Fax: (22) 38510077 – e-mail: fap@santoantoniodepadua.rj.gov.br

Ata nº 005 de 16 de agosto de 2021 – Reunião Ordinária do Comitê de Investimento do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Santo Antônio de Pádua/RJ, sito, na Rua Prefeito Eugênio Leite Lima, n° 82 – apt. 101 e 102 – Térreo – Centro, nesta cidade, deu-se as 10 h a Reunião Extraordinária do Comitê de Investimento instituído através do Decreto Municipal nº 111 de 04 de outubro de 2017, tendo como Componentes nomeados pela Portaria nº 144/2021 de 26 de abril de 2021 o Diretor Presidente do FAP o Sr. Leonardo Pereira de Carvalho– servidor Efetivo, o Diretor Financeiro do FAP Sr. Tony Ferreira Corrêa– servidor Efetivo e a Sr. Júlio César Azevedo Paternostre – servidor Efetivo. Em atendimento a disposições normativos e legais, os membros do referido COMITÊ, passam a deliberar sobre o a pauta principal panorama nacional e internacional: • NACIONAL - O final do mês de maio e o início do mês de junho consolidou o bom momento do nosso mercado acionário, onde os dados preliminares da atividade econômica que mostravam que o 1º trimestre de 2021 havia sido melhor que o antecipado, foi confirmado pela divulgação do PIB pelo IBGE. A leitura é que a economia brasileira se mostrou resiliente perante a segunda onda de Covid, apensar de um número de óbitos superior a primeira onda, além de se favorecer no mercado de commodities, devido à alta do preço no mercado internacional, levando em consideração a importância desse setor na economia brasileira. Devido a esse boom das commodities no mercado internacional, o brasil deve voltar a fechar as contas externas (registros de todas as transações do Brasil com o resto do mundo) no azul após 14 anos, levando o resultado de 2021 ao primeiro superávit desde 2007. A partir desse cenário, as perspectivas de crescimento do país vendo sendo revisada semana após semana para cima, o que de fato vem favorecendo o mercado de renda variável, sendo antecipado no nosso mercado acionário, espelho da nossa economia real. A bolsa de valores atingiu patamares recordes nas últimas sessões, cravando os 130.000 pontos, na alta de 3,63% na primeira semana do mês, onde a agenda enfraquecida levou o foco para o cenário externo, que vive um momento de recuperação economia acelerada, aumentando a propensão ao risco. Outro ponto positivo evidenciado na primeira semana, foi em relação a arrecadação federal, onde a aceleração da inflação no curto prazo, está trazendo um benefício fiscal para o Brasil, devido a arrecadação estar acelerando mais rápido que a despesa nesse momento. Paulo Guedes declarou em live promovida pelo Ministério da Economia que "Agora os brasileiros estão lutando para manter os sinais vitais da economia. Mais do que isso, a economia já se reativando, estamos acelerando com as vacinas. O Brasil está indo agora em poucos meses para a produção local de vacinas, completa no Brasil, e estamos aumentando as importações de todos os tipos de vacinas". Como o câmbio é uma variável sensíveis a todos esses fatores macroeconômicos citados, o ambiente externo positivo aliado a melhora da perspectiva fiscal, ainda que no curto prazo, vem favorecendo o real, que tem experimentado uma valorização mais expressiva, fechando maio com 4% de valorização. Nos pontos de atenção, os desgastes políticos seguem como um dos principais fatores de oscilação, aliado a preocupação com a inflação e todos os desdobramentos da pandemia no Brasil. A segunda semana do mês foi marcada pela divulgação dos dados de inflação, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, onde ambos

apresentaram uma alta dos índices inflacionários acima das expectativas de mercado, fortalecendo a discussão sobre a normalização da política monetária. A normalização de maneira total da política monetária significaria levar a taxa de juros a patamares que zere o estímulo, a estimativa é algo em torno de 6,5% ao ano para o Brasil. Discussão que eleva as expectativas para a próxima reunião do Copom, que decidirá o andamento da taxa e comunicará os próximos passos acerca da política monetária. O IPCA divulgado na semana veio acima das expectativas de mercado, avançando 0,83% em maio, de acordo com o IBGE, o resultado é o maior em 25 anos, onde o item que pesou mais sobre o indicador mensal foi o de energia elétrica, que subiu 5,25%. Se por um lado a inflação vem sendo um dos principais temas em alerta, a atividade econômica vem surpreendendo positivamente, sendo revisada semana após semana para cima, levando em consideração outros pontos que favorecem o crescimento econômico, elevando o bom humor dos investidores. Em relação aos mercados, a bolsa se manteve estável na segunda semana, próxima ao patamar recorde anteriormente atingido, 130.000 pontos, com o dólar oscilando em torno dos R$5,05. Devido a agenda mais enfraquecida e sustentada pelos acontecimentos das semanas anteriores, que evidenciaram um bom momento nos mercados acionários. Durante o mês, o Copom, através do Banco central, elevou a taxa de juros em 0,75% p.p. chegando a 4,25%, com perspectiva de fechamento de 6,50% para o final do ano, o que fecharia o ciclo de alta da taxa em um patamar que zeraria os estímulos monetários. O tom do comunicado foi bem diferente do último, desta vez, ficou mais claro a normalização total da política monetária ao final do ano, com isso o Banco Central utiliza das ferramentas que dispõe para acomodar a inflação dentro do centro da meta em 2022. De todo modo, o nosso mercado que sofre pressão dos dois lados, tanto positivas, quanto negativas, e espera um gatinho mais expressivo para deslanchar, entretanto permanecemos na semana próximo ao patamar histórico alcançado. Durante a última semana do mês, os investidores ficaram atentos a Ata do Copom, que foi divulgada na quarta-feira (24). A ata mostrou que o comitê está mais ainda mais atento em relação a inflação do que no último comunicado, onde já havia sinalizado um ajuste total da política monetária. O BC está de atento a deterioração do quadro fiscal brasileiro e o possível racionamento da energia elétrica, devido ao possível risco inflacionário e o provável atraso na recuperação econômica que esses pontos podem proporcionar. Outro ponto de atenção durante a semana, foi em relação a entrega do texto da reforma tributária, que eleva e já antecipa as discussões acerca de alguns ativos de risco aqui no Brasil, o principal ponto que mexeu com os mercados foi em relação ao imposto sobre os dividendos. A política monetária contracionista implementada pelo Banco Central segue possibilitando uma valorização do real frente ao dólar, a taxa de câmbio já acumulou alta de 6% somente em junho. • INTERNACIONAL - No mercado internacional, o otimismo vem sendo reflexo no processo de vacinação em alta e do dispêndio fiscal fazendo efeito, levando as principais economias, principalmente os Estados Unidos, a uma recuperação economia mais robusta. Em resumo, os mercados globais surfam de um bom momento econômico no mês, mas sem tirar os olhos da inflação e na escassez de alguns produtos, devido a incapacidade da oferta em acompanhar a demanda, que de certa forma foi criada a partir de um estímulo governamental. Nos Estados Unidos, a divulgação do CPI, o

índice de preço norte americano, foi um dos pontos chave do mês, devido a aceleração constante da inflação por lá, em maio o índice subiu 0,6% ante a abril, alcançando 5% na comparação anual. Com o processo de imunização acelerado, não só nos Estados Unidos, mas como em diversas regiões do mundo, a Covid-19 vem recuando e possibilitando uma perspectiva de desenvolvimento econômico mais acelerado em âmbito global. A chave para tal feito, são as vacinas, que em parceira com a União Europeia, Joe Biden anunciou uma ação humanitária, onde cada nação irá comprar 500 milhões de doses contra a Covid-19, destinadas para 100 países de baixa renda, como reflexo, o apetite ao risco global, se mantem. O teor do comunicado emitido pelo Fomc (Federal Open Market Committee) o Comitê Federal de Mercado Aberto, sinalizou a propensão de um endurecimento da política monetária para conter a inflação antes do anteriormente previsto. Apesar do comunicado impactar diretamente os ativos de risco em todo o mundo, derrubando a maioria dos indicadores durante a semana, por sinalizar um possível fim para o excesso de liquidez por lá, o crescimento americano deve continuar a dar o tom dos mercados pelos próximos meses. O Fomc manteve a taxa de juros entre 0 e 0,25% e o ritmo de compra de títulos nos patamares atuais, fato que mantem positiva as perspectivas de para o Real, que vem se valorizando frente ao dólar no curto prazo, nos últimos dois meses, o Real já se valorizou 8,20%. A discussão em relação a inflação seguiu latente durante todo o mês, diferente do Brasil, que possui um histórico inflacionário negativo, o tema é de certa forma novidade em grande parte dos países desenvolvidos, e o processo recuperação mais robusto alimenta a discussão. Alguns dirigentes se pronunciaram em relação ao atual momento americano, mostrando uma nítida divergência de opinião em relação ao andamento da política monetária por lá, gerando volatilidade nos mercados. Os mercados Asiáticos repercutiram as decisões dos mercados Ocidentais em relação a taxa de juros, em principal a decisão do Fed. O banco Central Japonês manteve a taxa de juros, sinalizou a extensão dos empréstimos para as empresas afetadas pela pandemia e adicionou uma linha de crédito voltada às mudanças climáticas. Na Europa, as bolsas derraparam ao final da semana, de olho nos Bancos Centrais, indicadores econômicos, e a oferta de vacina, tendo em vista que já se projeta uma desaceleração no ritmo de vacinação Europeu. Em paralelo, mas não menos importante, a variante DELTA do Covid-19 vem trazendo um ambiente de aversão devido ao aumento do número de casos em algumas economias desenvolvidas. Em resumo, no mês, o Dow Jones recuou 1,94%, o S&P 500 subiu 2,22% e o Nasdaq subiu 5,49%, por aqui. Em relação com a pandemia do Covid-19, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, demonstrou bastante preocupação com a "rápida transmissão entre populações não vacinadas" causada pela variante Delta do coronavírus, que já foi identificada na Índia e já está em mais de 90 países. Mesmo com o avanço da variante delta, os indicadores de desempenho, em sua grande maioria vindo acima do esperado nos grandes centros econômicos, tem influenciado os investidores a se expor, favorecendo a alta nos mercados. • MERCADO DE RENDA FIXA E VARIÁVEL (INTERNACIONAL) - No mercado internacional de renda fixa, a volatilidade nos preços manteve-se alta mesmo com o FED prometendo manter o juro próximo de zero, e anunciar que assim deverá permanecer por um tempo suficientemente prolongado enquanto

Lei nº 3.030 de 13/12/2005. CNPJ nº 39.421.813/0001-90
Rua: Prefeito Eugenio Leite Lima, Nº 82 – 1º andar - Sala 101 – Centro
Santo Antônio de Pádua-RJ - CEP: 28470-000.
Tel./Fax: (22) 38510077 – e-mail: fap@santoantoniodepadua.rj.gov.br

a economia doméstica não se consolidar no terreno do crescimento. O que preocupa é a aceleração da inflação, sendo refletida na alta das Treasuries, em resposta as expectativas dos investidores de que a inflação se desequilibre e se torne uma ameaça direta para a economia americana. As bolsas, em um consenso global, alcançaram as suas máximas no mês, chegando a patamares recordes, podendo ser explicadas através do movimento de reabertura dos mercados, devido a agenda de vacinação acelerada, comungando no aumento de apetite ao risco dos investidores. • ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA (NACIONAL) - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano continuou subindo, saindo de 5% para a 5,05% em 2021. Para 2022, a estimativa subiu de 2,10% para 2,11%. Para 2023 e 2024, as projeções ficaram em 2,50%. O Brasil abriu 280.666 vagas de emprego com carteira assinada em maio, no quinto mês seguido de saldo positivo, de acordo com os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados hoje pelo Ministério da Economia. O gráfico abaixo mostra o avanço por setor da economia, consolidando o setor de serviços como o que obtém melhor recuperação. • SETOR PÚBLICO - A balança comercial registrou superávit de US$ 10,4 bilhões em junho, de acordo com o Ministério da Economia. Segundo o Ministério, o país obteve valor recorde para meses de junho e para qualquer mês do ano em toda a série histórica do Ministério da Economia, iniciada em janeiro de 1989. O saldo positivo é registrado quando as exportações superam as importações. Caso contrário, é registrado déficit comercial. No mês passado, as exportações somaram US$ 28,1 bilhões e as importações totalizaram US$ 17,7 bilhões. Em relação a taxa básica de juros, a Selic, se manteve a perspectiva de 6,50% em 2021. A estimativa ficou em 6,50% para 2022. Em 2023 e 2024, a projeção foi mantida em 6,50%. INFLAÇÃO - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês de junho em 0,53%. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a inflação acumula 8,35% em 12 meses. O índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,60% em junho, após uma elevação de 0,96% em maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultado, o índice acumulou uma elevação de 3,95% no ano. A taxa em 12 meses ficou em 9,22%. • CÂMBIO E SETOR EXTERNO - Em junho, a taxa de câmbio recuou 4,81%, marcando o terceiro mês consecutivo de desvalorização. No acumulado do ano, tem queda de 4,13%. Com os atritos políticos em segundo plano, as medidas tomadas pelo Banco Central em relação a política monetária, que aumentou a diferença entre as taxas de juros, aliada a vacinação acelerada, a expectativa de que a economia deve ganhar tração no segundo semestre favoreceu o movimento de valorização do Real frente ao Dólar. • BOLETIM RENDA FIXA ANBIMA - No primeiro semestre deste ano, os títulos públicos e privados que acompanham a inflação, em especial os de baixa duração média, e aqueles que têm seus rendimentos balizados pela taxa Selic, registraram as maiores rentabilidades no período, segundo os índices de mercado da ANBIMA. Entre os títulos públicos, o IMA-B5 (duração média de 2,3 anos), títulos indexados ao IPCA com menos de cinco anos de vencimento, valorizaram 1,29% no semestre. O IMA-S (carteira dos títulos indexados à taxa Selic diária), ainda que, com menor intensidade, tenha seguido no mesmo sentido do IDA-DI e fechou com ganho de 1,23% no período, principalmente por efeito dos consecutivos aumentos de juros.

Por sua vez, o IMA-B5+ (duração média de 12 anos) segue se recuperando, com a maior rentabilidade de junho (0,83%), mas mantém perda de 2,55% no ano, refletindo, em certa medida, a incerteza dos investidores para o longo prazo. Com o aumento da inflação no primeiro semestre, os juros básicos da economia, que passaram de 2% para 4,25% até o momento, vêm comprometendo a performance das carteiras dos títulos públicos pré-fixados. O IRFM1+, cujos títulos têm mais de um ano de vencimento, apresentou rentabilidade negativa (3,3%) no primeiro semestre; o IRFM1, com prazos menores de um ano de vencimento, subiu apenas 0,81%. A perspectiva de inflação pressionada e os novos aumentos dos juros devem estimular os investidores a exigirem um maior prêmio nesses papéis para os próximos meses.

• PERSPECTIVA - O principal ponto de atenção para o próximo mês ainda segue sendo as preocupações em âmbito global em relação a política monetária, principalmente a norte-americana. Além dos pontos recorrentes em relação a pandemia, onde a vacinação segue sendo o desafogo para as economias, e a variante Delta o principal motivador para atrasar a retomada econômica. Um ponto de atenção é em relação a crise hídrica que passamos, principalmente devido a sua contribuição para a aceleração da inflação, uma vez que os reservatórios estão em baixa, e devido ao seu peso de importância não estar sendo contabilizado nas previsões do PIB, podendo ser um ponto de susto para os próximos períodos. As expectativas positivas em relação ao Brasil, passam por um processo de imunização mais eficiente. Teremos agora que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Mantemos nossa recomendação de

FAP
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES
Do Servidor do Município de
Santo Antônio de Pádua

Lei nº 3.030 de 13/12/2005. CNPJ nº 39.421.813/0001-90
Rua: Prefeito Eugenio Leite Lima, Nº 82 – 1° andar - Sala 101 – Centro
Santo Antônio de Pádua-RJ - CEP: 28470-000.

Tel./Fax: (22) 38510077 – e-mail: fap@santoantoniodepadua.rj.gov.br

adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em 5%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuírem porcentagem inferior a 5%, recomendamos a não movimentação no segmento. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão. Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo - Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso. Diante das incertezas no cenário político e o atraso nas pautas reformistas (reforma tributária), bem com a alta na bolsa estrangeira, o comitê resolveu aumentar as aplicações nos fundos BDR, após a análise de mercado, concluímos que devemos aportar o valor de R$ 376.678,77 (trezentos e setenta e seis mil seiscentos e oito reais e setenta e sete centavos) no Fundo BRD nível I. Após a análise de mercado a totalidade dos membros presentes decidiram que os recursos para fazer frente aos compromissos do mês corrente, deverão ser resgatados dos Fundos IRF-M 1, o que foi aprovado por unanimidade pelos membros do Comitê. Não havendo mais nada a tratar e ser registrado, o Presidente encerrou a reunião mandando que se lavrasse a presente Ata, e eu Tony Ferreira Corrêa, na qualidade de Diretor Financeiro lavrei a presente ata, onde lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes.